

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

18 ABRIL 2020



COVID-19: A RESPOSTA À PANDEMIA É SANITÁRIA, SOCIAL E ECONÓMICA.

Segundo os números oficiais, a pandemia da Covid-19 infetou já mais de dois milhões de pessoas em todo o mundo, causando mais de 140 mil mortes. Atingiu rapidamente todos os continentes, comprovando o perigo de vida real para as pessoas incluídas nos grupos de risco e para os profissionais de saúde mais expostos ao contágio. O abrandamento do crescimento de novos casos na Europa faz com que os EUA estejam agora no epicentro do contágio, que poderá atingir dimensões alarmantes em outras zonas do mundo.

Na ausência de vacina, apenas a estratégia de distanciamento físico permite conter o seu crescimento. É essa a estratégia que está hoje a ser seguida por vários países, incluindo Portugal. Esta estratégia parece estar a dar resultados: tem sido possível evitar a rutura no Serviço Nacional de Saúde, a curva de crescimento do número de infetados abrandou e, nos últimos dias, o número de internamentos e de doentes em cuidados intensivos deixou de crescer. Os resultados alcançados não permitem ainda afastar piores cenários. A ausência de coordenação internacional, e mesmo europeia, o negacionismo de alguns governos nacionais face à pandemia e a globalização económica dificultam o controlo da doença. É ainda desconhecida a dimensão que uma segunda vaga da pandemia poderá atingir no inverno de 2020/21, antes do tempo previsto para a aprovação de uma vacina.

Não há oposição entre resposta sanitária à crise pandémica e resposta económica. Uma epidemia descontrolada, com colapso do SNS e crescentes vítimas, resultaria em catástrofe humanitária e colapso económico. Mas é certo que a resposta sanitária à crise pandémica, ao paralisar setores da economia, exige respostas fortes. O regime de baixos salários e pensões, a precariedade laboral, a crise na habitação e a fragilidade dos serviços públicos concorrem para transformar as medidas de contenção da pandemia em emergência social.

Com medidas de contenção em vigor há pouco mais

de um mês, a perda de rendimentos é já sentida na generalidade das famílias, sendo afetadas sobretudo as famílias com menores rendimentos. Há 40 mil novos desempregados inscritos no centro de emprego, quase um milhão de trabalhadores em lay-off e mais de 100 mil em acompanhamento aos filhos, com perda de rendimento. Cerca de 300 mil trabalhadores a recibo verde pediram apoio por ausência de atividade. A estes, acrescem trabalhadoras domésticas, indocumentados e outros trabalhadores sem contrato que não constam dos números oficiais. As populações e comunidades mais discriminadas e excluídas são particularmente atingidas. Simultaneamente, os trabalhadores com menores rendimento correm mais riscos de saúde nas atividades económicas que permanecem em funcionamento: ausência de planos de contingência e condições de higiene e afastamento físico nos locais de trabalho, negação do teletrabalho, mesmo em funções compatíveis, não dispensa de trabalhadores que pertencem a grupos de risco.

RESPOSTAS DE EMERGÊNCIA PARA ENFRENTAR A CRISE

O Estado de Emergência (aprovado a 17 de março) entrou em vigor no período de maior crescimento da pandemia em Portugal. Nesse período, o civismo no comportamento de proteção assumido pela população contrastou com os riscos para a saúde pública criados pelos patrões que teimaram em manter abertos setores comerciais não essenciais e outros serviços. Tratando-se de um quadro geral temporário, a proposta de Estado de Emergência apresentada concedeu ao governo e à Assembleia da República poderes de intervenção direta na economia e nas instituições, resultando a sua aplicação em medidas importantes, efetivadas em tempo útil: adiamento do pagamento de rendas, suspensão do pagamento dos créditos à habitação, proibição dos despejos, controlo das fronteiras aéreas e terrestres, legalização temporária dos imigrantes, indultos prisionais, suspensão dos prazos judiciais, suspensão das validações nos transportes públicos de Porto e Lisboa, garantia de acesso a bens essenciais.

Na proposta de Estado de Emergência apresentada pelo Presidente da República constam também termos errados e desnecessários ao momento atual. A limitação ao direito de resistência e do direito à greve em setores essenciais é um enunciado ideológico desligado da realidade vivida no país e o Bloco criticou a sua inclusão desde o primeiro momento. A previsão de restrições diferenciadas ao direito à circulação em função da idade é inconstitucional e sugere uma inaceitável guetização forçada dos mais velhos que vai muito além da proteção da saúde dos mais vulneráveis. O Estado de Emergência deve responder às necessidades imediatas de combate à pandemia. No curto prazo, a sua renovação só deve ter lugar no atual quadro de medidas de contenção, devendo terminar logo que levantados os primeiros constrangimentos à circulação. Esta decisão exige que o governo e a Assembleia da República assegurem desde já as medidas duradouras de proteção dos direitos e do emprego para os próximos meses.

Entres essas medidas, a mais urgente é a proibição dos despedimentos e a garantia do pagamento integral de salários. O Bloco tem defendido desde o início da crise que a manutenção do emprego, designadamente através da proibição de fazer cessar contratos ou de despedir trabalhadores, deveria ser uma condição obrigatória para a atribuição de qualquer apoio e propôs que, à semelhança do que aconteceu em Itália e em Espanha, fosse aprovada uma norma geral de proibição do despedimento, com efeitos retroativos a 18 de março. O Partido Socialista contou com os votos da direita (PSD, CDS e IL) para chumbar esta proposta.

No plano da resposta sanitária, volvido um mês sobre a aprovação do Estado de Emergência, o governo do PS erra ao recusar acionar a requisição dos grupos privados de saúde. Num momento em que hospitais de campanha são montados em pavilhões e instituições como os lares não conseguem dar resposta ao número de infetados, multiplicam-se os encerramentos de serviços hospitalares privados, com o governo a anunciar o pagamento de valores avultados ao setor privado em caso de hospitalização de doentes com Covid-19. A requisição dos grupos privados de Saúde, que pode ser complementada com requisição de hotéis para necessidades de realojamento, é a resposta mais urgente no apoio a uma resposta integrada e coordenada pelo SNS e pelos profissionais de saúde.

O Bloco de Esquerda continuará igualmente a bater-

se pelas medidas de urgência na defesa do salário e do seu pagamento integral, mesmo em situação de lay-off, e de proteção da segurança social e das pensões, garantindo as transferências necessárias do Orçamento do Estado, para que a sustentabilidade da segurança social não seja posta em causa pelas medidas de emergência. Continuará a bater-se pela defesa do direito à habitação, do acesso aos bens de primeira necessidade, do reforço do apoio social, o apoio aos cuidadores informais, o apoio às empresas e aos trabalhadores, na defesa dos estudantes, da Escola Pública e da produção cultural, nos direitos dos imigrantes - propostas que podem ser consultadas aqui (<https://www.esquerda.net/artigo/responder-cri-se-propostas-do-bloco/66864#emprego>).

Na educação, é fundamental que o Ministério da Educação apresente medidas concretas e eficazes para colmatar estas desigualdades. Falta resposta para os milhares de estudantes que não têm condições para acompanhar o ensino à distância e faltam orientações claras para o modelo de ensino à distância, bem como de avaliação. Esse é também o cenário no ensino superior, onde se agrava o problema do alojamento estudantil. Neste contexto, o Bloco propôs a suspensão do pagamento das propinas - chumbado por PS, PSD, CDS, IL e Chega.

Esta crise tem ainda uma importante dimensão de género. As mulheres são as principais cuidadoras e maioritárias nos setores da Saúde ou dos lares de terceira idade. Muitas famílias monoparentais estão particularmente vulneráveis às consequências do isolamento social ou da insegurança económica. São também mulheres a esmagadora maioria das vítimas de violência nas relações de intimidade, ficando, sob confinamento, mais expostas e vulneráveis. O impacto será ainda mais profundo nas pessoas que, à condição de género, somam discriminações (etnia, idade, deficiência, orientação sexual, migrantes ou outras). A perspetiva de género tem de estar presente nas medidas de combate às crises pandémica e económica-social.

A AUSTERIDADE NÃO É SOLUÇÃO: O FRACASSO EUROPEU E A PROPOSTA DO BLOCO PARA O FUNDO DE RECUPERAÇÃO.

A fragilidade e vulnerabilidade da economia portuguesa a choques externos, coloca-nos perante o cenário de forte recessão económica. As instituições

européias não podem voltar a instalar a armadilha da crise financeira anterior, quando primeiro apelaram aos Estados para gastar, para depois imporem destrutivos programas de ajustamento. A resposta à crise tem de ser mantida durante todo o período de recuperação económica. É ainda necessário garantir que o financiamento destas políticas não assente num endividamento ainda maior dos Estados-membros, que os afundaria ainda mais na dependência financeira. Essa dependência abriria a porta a novas ofensivas de austeridade, que agravariam a crise económica e fragilizariam ainda mais os serviços públicos.

No plano da União Europeia, as decisões tomadas pelo Eurogrupo, presidido por Mário Centeno, limitaram-se a um pacote de instrumentos de dívida, alguns dos quais resultam de iniciativas já conhecidas da Comissão, aos quais veio somar-se o recurso ao Mecanismo Europeu de Estabilidade. Este mecanismo pratica atualmente uma taxa de juro (0,76) mais elevada que a da mais recente emissão pelo Estado Português de obrigações do Tesouro a sete anos. Esta realidade demonstra uma vez mais a incapacidade e recusa para uma resposta efetiva à escala europeia. A crise económica provocada pela pandemia da Covid-19 vai ser aguda, pelo que não é aceitável que as decisões da UE contribuam para que degenere numa recessão prolongada. Será possível retomar em pouco tempo os níveis de atividade económica anteriores à crise, desde que haja uma resposta imediata e determinada das instituições europeias e condições para que os Estados-membros possam traduzi-la em políticas concretas, sem receio de uma subsequente nova vaga de austeridade.

A ideia de que os instrumentos aprovados não implicam a imposição de políticas de austeridade é uma fraude. O próprio documento do Eurogrupo já faz referência ao cumprimento das regras do PEC: o corolário de uma resposta europeia que assente na acumulação de dívida será a pressão para políticas de austeridade logo a seguir. A única referência das conclusões da reunião do Eurogrupo que poderia abrir caminho a uma resposta económica à altura da crise é a um Fundo de Recuperação para o financiamento de políticas contracíclicas. Porém, estão por responder as questões essenciais: qual a dimensão desse fundo, como será financiado, como será distribuído e se haverá condicionalidade associada.

O Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de modelo para esse Fundo de Recuperação, que pode ser lida aqui.

O debate no Parlamento Europeu sobre a resposta à pandemia e à crise económica confirmou o alinhamento dos maiores grupos (Direita, Liberais, Socialistas e Verdes) em torno de instrumentos que privilegiam a dívida em detrimento de instrumentos verdadeiramente solidários. A rejeição da plena utilização da capacidade de financiamento do BCE, combinada ou não com outros instrumentos, mostra que a doutrina da austeridade continua a dominar o espaço político europeu. Nem mesmo a proposta de mutualização da dívida teve apoio maioritário.

A próxima reunião do Conselho Europeu será determinante para consolidar a resposta europeia crise. A Presidente da Comissão Europeia já deu a entender que uma reorientação do orçamento comunitário será resposta suficiente, procurando claramente condicionar o universo de propostas que estarão em cima da mesa na reunião do Conselho. Num contexto em que as principais instituições europeias parecem determinadas em repetir as soluções que foram implementadas na sequência da crise financeira de 2008, a posição de Portugal tem de ser a da defesa intransigente de respostas que não deixem a periferia da União Europeia sufocada por uma montanha de dívida. A posição de Portugal e dos restantes países da coesão terá de ser muito mais firme e determinada do que foi na reunião do Eurogrupo.

O Bloco manterá presentes no debate local, autárquico, regional, nacional e europeu as posições que tem vindo a defender. Uma resposta adequada à crise económica tem de cumprir três objetivos: (1) um programa de estímulo contracíclico à escala da crise que temos pela frente; (2) os instrumentos ao serviço desse estímulo têm de mobilizar toda capacidade de financiamento das instituições europeias, a começar pelo financiamento monetário, evitando um endividamento e dependência ainda maiores; (3) a absoluta rejeição de uma nova vaga de austeridade que o empurre novamente para a recessão, a crise social e humanitária e a subversão dos seus processos democráticos. Se a União Europeia voltar a falhar, caberá ao nosso país desobedecer e preparar-se para essa eventualidade.

CONFERÊNCIA ONLINE: APRENDER COM A CRISE, RECUPERAR A ECONOMIA E O PAÍS

Todas as soluções económicas e decisões políticas devem olhar para o país real e para as dificuldades que esta crise veio expor. Na verdade, apesar de to-

das as dificuldades criadas pelo desinvestimento crónico e perda de trabalhadores, o Estado Social e os serviços públicos são o centro de uma resposta capaz à crise; na saúde, na ciência, na escola, na segurança social, na proteção civil. Os serviços públicos, centrais e locais, os seus trabalhadores, adaptaram e reforçaram respostas para cobrir lacunas e garantir serviços essenciais mesmo à distância, implementaram novas medidas e procedimentos de um dia para o outro, protegem a população. A primeira lição da crise é a necessidade do reforço da capacidade do Estado social e dos serviços públicos, garantindo o reconhecimento e valorização das carreiras e salários de todos os seus profissionais.

A maior fragilidade é a precariedade no emprego e na vida. Contratos de trabalho precários condenaram trabalhadores ao desemprego, logo nos primeiros dias da crise, revelando a extensão do regime exploração. A especulação imobiliária, precariedade das habitações e a falta de resposta pública tornam a crise da habitação ainda mais aguda num tempo em que é fundamental ter casa para ficar em casa. A debilidade das respostas em alguns serviços do apoio social terceirizado, muito assente em voluntariado ou baixos salários, resultou em abandono de populações particularmente vulneráveis. Merece particular preocupação a população mais idosa de poucos recursos financeiros a viver em lares cuja organização e gestão têm revelado demasiadas falhas.

Para aprender com a crise, recuperar a economia e o país, são necessárias transformações estruturais a partir da força das mobilizações populares em torno de soluções concretas que defendam os direitos e as garantias. Nos próximos meses, Portugal não pode ficar prisioneiro dos condicionalismos internos e externos. A resistência dos bancos privados em aplicar moratórias aos créditos da habitação, o anúncio da distribuição de dividendos chorudos por parte dos grandes grupos económicos em plena época de pandemia, assim como a pressão para a manutenção das cláusulas das PPP, revelam a imagem de uma economia dominada pelos interesses rentistas e prisioneira das regras impostas por Bruxelas.

Juntando força e vontades, o Bloco de Esquerda promove um ciclo de conferências online sobre as soluções para o país que juntará especialistas, economistas, ativistas e organizações entre os dias 27 a 29 de abril, garantindo uma ampla participação de todos e de todas.

O BLOCO JUNTA-SE ÀS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL E DO 1.º DE MAIO.

As necessárias medidas de contenção mantidas durante o mês de abril exigem a continuação do distanciamento físico entre as pessoas. Nesse sentido, as comemorações do 25 de abril e do 1.º de maio não terão este ano uma dimensão de encontro e celebração nas ruas do país. O Bloco bateu-se pela realização da cerimónia do 25 de abril na Assembleia da República, no respeito pelas medidas de segurança em vigor, e junta-se às associações e coletivos que apelam à transmissão nas rádios e televisões do *Grândola Vila Morena*, pelas 15h do dia 25 de abril, permitindo uma participação coletiva em todas as casas, janelas e varandas do país.

Entre os dias 24 de abril e 1 de maio, o Bloco de Esquerda soma às comemorações diversas iniciativas, como o “Desobedoc em casa”, sessões especiais de debate com convidados internacionais, afixação de faixas nas sedes distritais, entre outras. A defesa do SNS será o mote para o 25 de abril e o 1.º de maio dará eco à defesa do emprego e do fim do abuso laboral, dando continuidade à campanha organizada pelo Bloco em torno da plataforma despedimentos.pt.

CALENDRÁRIO DA XII CONVENÇÃO E PROCESSOS ELEITORAIS DO BLOCO

A XII Convenção do Bloco de Esquerda está marcada para os próximos dias 24 e 25 de outubro, no distrito do Porto. O regulamento da XII Convenção, aprovado pela Mesa Nacional, estipula que as moções de orientação deve ser entregues até ao dia 15 de junho. Não sendo ainda certo quando se poderá voltar a realizar reuniões presenciais, assegurando todas as regras de participação e democracia, não estão reunidas as condições para o cumprimento do calendário da XII Convenção.

A Mesa Nacional, reunida a 18 de abril de 2020, decide suspender os prazos e o regulamento da XII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Remetendo para a próxima reunião da Mesa Nacional, a realizar-se em junho, uma decisão final sobre esta matéria.

Da mesma forma, os processos eleitorais internos de âmbito distrital e concelhio ficam suspensos até decisão da próxima reunião Mesa Nacional.